



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 13888.005202/2010-31
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2302-002.822 – 3^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Sessão de 16 de outubro de 2013
Matéria Omissão em GFIP.
Recorrente J C F METALÚRGICA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/04/2006 a 31/10/2006

RETROATIVIDADE DA EXCLUSÃO DO SIMPLES. IMCOMPETÊNCIA DO CARF.

No tocante à questão da retroatividade da exclusão do SIMPLES, registra-se que não esta Corte não possui competência para tal análise.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. ALÍQUOTA SAT.

Não é correto o entendimento de que a não há especificação ou motivação da alíquota de 3% cobrada a título de SAT, quando os fundamentos estão no cabeçalho do Relatório Fiscal e encontra-se descrito o CNAE do contribuinte, que é o código através do qual se apura a alíquota do SAT aplicável, conforme previsto na legislação.

MULTA APLICA. MAIS BENÉFICA.

Mantem-se a decisão da DRJ, visto que foi aplicada a multa mais benéfica ao contribuinte, posto que houve descumprimento de obrigação acessória, não cabendo, portanto, nenhuma alteração referente a este tema.

Recurso Voluntário não provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 3^a Câmara / 2^a Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, Por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

Liege Lacroix Thomasi - Presidente

Leonardo Henrique Pires Lopes – Relator

Documento assinado digitalmente conforme Decreto nº 6.535/2006
Autenticado digitalmente em 06/11/2013 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPEZ, Assinado digitalmente em 0
6/11/2013 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPEZ, Assinado digitalmente em 27/11/2013 por LIEGE LACROIX T
HOMASI

Impresso em 13/01/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Presentes à sessão de julgamento os Conselheiros LIEGE LACROIX THOMASI (Presidente), JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ, ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI, ARLINDO DA COSTA E SILVA, BIANCA DELGADO PINHEIRO e LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES.

Relatório

Trata-se do Auto de Infração por Descumprimento de Obrigaçāo acessória (AI-DEBCAD nº **37.258.045-9**), fundamento 78, lavrado em 30/10/2010, em face da pessoa jurídica de direito privado **J C F Metalúrgica Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.714.954/0001-66, no valor de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais), tendo como fato gerador a não informação nas Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP das competências 04 a 10/2006 de todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias, infringindo assim o disposto no art.32, IV, da Lei 8.212/91 acrescentando pela Lei nº 9.528/97 e redação da MP nº 449, de 03/12/2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27/05/2009.

No Relatório Fiscal, o Auditor Fiscal informa que o Contribuinte, ora Recorrente, foi excluída de ofício do Simples conforme despacho decisório vinculado ao processo 13888.004463/2010-34, já cientificado em 30/09/2010, por prática reiterada da infração tributária, culminando com o Ato Declaratório Executivo nº 96 de 06/09/2010, com ciência na mesma data.

Afirma a Autoridade Fiscal, em seu relatório, que a respectiva atuação refere-se à obrigação acessória, vez que houve o recolhimento nesta competência das contribuições descontadas dos segurados, porém essas informações foram omitidas das GFIP entregues.

Ciente da autuação, a Recorrente apresentou impugnação, tendo a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro (RJ), entendido pela improcedência da impugnação. Segue ementa:

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Período de apuração: 01/04/2006 a 31/10/2006

EXCLUSÃO DO SIMPLES. CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRAZO DECADENCIAL.

O ato de exclusão ex officio do Simples constitui procedimento destinado a alterar o regime tributário a que se submete o contribuinte, medida esta que deverá ser implementada pela autoridade fiscal, no momento em que verificar quaisquer das condições impeditivas previstas no art. 14 da Lei nº 9.317, de 1996. E os efeitos serão retroativos, observadas as hipóteses

previstas no art. 15 desta mesma lei, estando, a eventual constituição de crédito tributário sujeita aos prazos de decadência estabelecidos no CTN.

AUTO DE INFRAÇÃO. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. GFIP COM INFORMAÇÕES INCORRETAS OU OMISSAS.

Constitui infração à legislação previdenciária, por descumprimento de obrigação acessória, a apresentação de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP com informações incorretas ou omissas.

MULTA.

A conduta “declarar em atraso” passou a ser definida como infração a partir da MP nº 449, de 03/12/2008 (D.O.U. de 04/12/2008), convertida na Lei nº 11.941, de 27/05/2009 (D.O.U. de 28/05/2009), cabendo a respectiva multa para GFIP entregues a partir de 04/12/2008, ainda que relativas a competências anteriores a 12/2008, uma vez que o fato gerador da infração ocorre na data da entrega em atraso.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

A Recorrida foi notificada da presente decisão, por meio de A.R., tomando ciência da notificação no dia 10/04/2012. Apresentando Recurso Voluntário em 23/04/2012, aduzindo as seguintes alegações:

- a) A decadência abordada deve ser desconsiderada, posto não ser matéria abordada na defesa.
- b) A retroatividade da exclusão do SIMPLES ofende ao princípio da irretroatividade das leis, bem como ofende a razoabilidade e a segurança jurídica. A exclusão deve produzir efeitos apenas a partir da publicação do ato declaratório 96/2010 e não a partir de 1º de janeiro de 2006. Porquanto, o auto de infração deve ser julgado improcedente.
- c) Incabível a aplicação da multa no caso concreto, na medida em que não houve omissões / incorreções nos documentos entregues, posto terem sido elaborados e entregues segundo as exigências do SIMPLES.
- d) Não resta claro se a multa aplicada foi a menos severa, já que o Fisco omite em que amparou seu cálculo.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Voto

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 06/11/2013 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES, Assinado digitalmente em 06/11/2013 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES, Assinado digitalmente em 27/11/2013 por LIEGE LACROIX T HOMASI

Impresso em 13/01/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Conselheiro Leonardo Henrique Pires Lopes, Relator.

Dos Pressupostos de Admissibilidade

Sendo o Recurso tempestivo, passo ao seu exame.

Da exclusão do SIMPLES

Conforme dispõe o Acórdão da 1^a instância, foi excluída do SIMPLES FEDERAL, por intermédio do Ato Declaratório Executivo – ADE nº 96 de 06/09/2010, da DRF em Piracicaba, em razão de ter incorrido na causa excludente prevista no art. 14º, inc. V, da Lei nº 9.317/1996 – *prática reiterada de infração à legislação tributária*.

Em relação a esta temática, verifica-se que os optantes pelo Simples devem promover imediatamente a sua exclusão quando observarem qualquer situação impeditiva à sua permanência neste benefício. Isto é feito por meio de alteração cadastral, segundo dicção do art. 13, inciso I e § 1º da Lei nº 9.317, de 1996.

Ao realizar este tipo de pedido de exclusão, a lei autoriza, apenas e tão somente nesta hipótese, que os efeitos da exclusão passassem a vigorar apenas a partir do ano subsequente (art. 15, I do ato normativo citado). Todavia, caso não ocorra à devida comunicação por parte do contribuinte, a exclusão dar-se-á de ofício, como ocorreu no presente caso.

Salienta-se que a competência para excluir de ofício ME ou EPP do Simples Nacional é da RFB e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município. Assim foi feito, exatamente nos termos da lei, operando os efeitos da exclusão a partir do mês seguinte em que foi constatada a situação impeditiva.

Ademais, no tocante a afirmativa de que o impedimento sempre existiu, analisa-se que esta não procede, visto que a causa não foi exercício de atividade vedada, como sustenta a Recorrente, mas sim de prática reiterada de crime tributário de omissão de receita. Em comum acordo com o entendimento da DRJ/RJ, não há que se falar na figura do indeferimento da opção, e sim na exclusão do regime, como realmente foi feito, haja vista a verificação da ocorrência da causa de exclusão após o ingresso no regime especial de tributação. Esta constatação da existência de uma situação impeditiva está caracterizada nos autos do processo 13888.004463/2010-34.

Ocorre que quanto aos argumentos sobre a retroatividade da exclusão do SIMPLES, tais alegações não serão objeto de análise, tendo em vista que fazem parte do processo administrativo relativo à sua exclusão, não podendo ser analisadas e conhecidas na presente oportunidade.

Esse entendimento está consubstanciado nos artigos 2º e 3º do Regimento Interno do CARF – Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009 –, que estabelecem as atribuições (competências) específicas de cada órgão dessa Corte Administrativa.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 14/08/2001

Autenticado digitalmente em 06/11/2013 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES, Assinado digitalmente em 0

6/11/2013 por LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES, Assinado digitalmente em 27/11/2013 por LIEGE LACROIX T

HOMASI

Impresso em 13/01/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Regimento Interno do CARF Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009:

Art. 2º. À Primeira Seção cabe processar e julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância que versem sobre aplicação da legislação de:

(...)

V exclusão, inclusão e exigência de tributos decorrentes da aplicação da legislação referente ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) e ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação (SIMPLES Nacional);

.....
Art. 3º. À Segunda Seção cabe processar e julgar recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância que versem sobre aplicação da legislação de:

(....)

IV Contribuições Previdenciárias, inclusive as instituídas a título de substituição e as devidas a terceiros, definidas no art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Diante disso, quanto à questão da retroatividade da exclusão do SIMPLES, registra-se que esta Corte não possui competência para tal análise.

Da multa aplicada

Concernente à multa aplica, vislumbra-se que já foi aplicada a multa mais benéfica ao contribuinte, posto que houve descumprimento de obrigação acessória, não cabendo, portanto, nenhuma alteração referente a este tema.

Senão vejamos:

De acordo com a apresentação, pela Recorrente, das GFIP das competências de 04 a 10/2006 com ausência de recolhimento, a fiscalização constatou que esta Empresa deixou de declarar ao Fisco na forma, prazo e condições estabelecidos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS a que se refere a Lei nº 8.212, de 24/07/1991, art. 32, inciso IV, acrescentados pela Lei nº 9.528, de 10/12/1997, com redação dada pela MP nº 449, de 03/12/2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27/05/2009.

Em decorrência desta infração, foi aplicada a multa prevista no art. 32-A, *caput*, inciso II e §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela MP nº 449, de 03/12/2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27/05/2009, visto que esta penalidade se enquadra como a mais benéfica para o contribuinte, em respeito ao art. 106, inciso II, alínea “c” do Código Tributário Nacional.

Nesta senda, tem-se que o valor da multa de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, limitada a 20% (vinte por cento), observada a multa mínima de R\$ 500,00 (quinquinhos reais) para este caso. Com isso, percebe-se que esta é a multa menos gravosa para o presente caso, uma vez que a quantia calculada pelo Auditor Fiscal é menor ao mínimo estabelecido em lei e que o disposto no artigo 32, § 4º da Lei 8.212/91 estabelece penalidade mais severa para o caso de entrega de GFIP com omissão de informações.

Importa consignar que, no tocante ao cerceamento de defesa, isto não ocorreu, pois consta no Relatório Fiscal que a penalidade aplicada foi a mais benéfica para o contribuinte, conforme demonstrado nos autos do processo 13888.005199/2010-56, a este apensado.

Diante disso, mantendo o disposto no Acórdão da DRJ pelo motivos acima aduzidos.

Conclusão

Ante o exposto, conheço do Recurso Voluntário para NEGAR-LHE PROVIMENTO.

É como voto.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2013

Leonardo Henrique Pires Lopes